

PPP NA EDUCAÇÃO EM PRISÕES: ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

PPP IN PRISON EDUCACION: STRATEGIES FOR THE EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS DEPRIVED OF FREEDOM

PPP EN EDUCACIÓN EN PRISIONES: ESTRATEGIAS PARA LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS PRIVADO DE LIBERTAD

Márcea Andrade SALES¹
Maria das Graças Reis BARRETO²

RESUMO: Esse texto resulta de Pesquisa *stricto sensu* que teve como *lócus* uma unidade de ensino em um Complexo Prisional e contribuiu para reorganizar o Projeto Político Pedagógico específico da EJA em prisões. Teve como estratégias metodológicas entrevistas semiestruturadas; análise de Documentos como PPP da escola (2011-2013) e dispositivos legais; Prontuário dos estudantes. Participaram da pesquisa estudantes sentenciados da Penitenciária Lemos Brito que trabalham durante o dia e estudam à noite na modalidade EJA. Além destes, Gestor da Unidade Prisional, Coordenador Pedagógico e Professores. Como resultado principal da pesquisa, tem-se que o PPP vigente possui lacunas, mas permite reformulações através de diálogos com interlocutores do processo da educação e execução penal, em especial, ao possibilitar que, por meio de políticas públicas, o Colégio avance na perspectiva de educar com o olhar do conhecimento, proporcionando aos estudantes privados de liberdade autonomia e sentido à própria existência, superando condições de aprisionamento.

Palavras-chave: Educação em Prisões. Projeto Político Pedagógico. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT: This text results from *stricto sensu* research that had as its *locus* a school unit located in a prison complex and contributed to the reorganization of the EJA-specific Pedagogical Political Project in prisons. It had as methodological strategies semi-structured interviews; Document analysis as the School's PPP (2011-2013); legal devices; and Student records. Sentenced students from the Lemos Brito Penitentiary who work during the day and study at night in the form of EJA. In addition to these, have also participated the Prison Unit Manager, Pedagogical Coordinator and Teachers. The main result of the research is that the current PPP has gaps, but allows reformulations through dialogues with the interlocutors of the process of education and criminal execution, in particular by enabling the College to advance through public policies in the perspective of educating with the gaze of knowledge, providing students deprived of freedom, autonomy and meaning to their own existence, overcoming conditions of imprisonment.

Keywords: Prison Education. Pedagogical Political Project. Young and Adult Education.

¹ Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Departamento de Educação - Campus I/Salvador. Professora do Programa de Pós-graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa Forma(em)Ação - GEFEP UNEB/CNPq. Universidade do Estado da Bahia. Brasil.

<http://orcid.org/0000-0003-1158-6089> E-mail: marcea_ufba@yahoo.com.br

² Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Socióloga. Professora aposentada da Rede Estadual de Ensino - Colégio Professor George Fragoço Modesto. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Forma(em)Ação - GEFEP UNEB/CNPq. orcid.org/0000-0002-9161-3341 Brasil. E-mail: mariagrbarreto@hotmail.com

RESUMEN: Este texto es el resultado de una investigación *stricto sensu* que tenía como locus una unidad escolar ubicada en un complejo penitenciario y contribuyó a la reorganización del Proyecto Político Pedagógico específico de EJA en las cárceles. Tenía como estrategias metodológicas entrevistas semiestructuradas; Análisis de documentos como el Proyecto Político Pedagógico de la escuela (2011-2013) y disposiciones legales; Expediente del alumno. Participaron de la investigación los estudiantes condenados de la Penitenciaría Lemos Brito que trabajan durante el día y estudian por la noche en forma de EJA. Además de estos, Gerente de la Unidad de Prisión, Coordinador Pedagógico y Maestros. El principal resultado de la investigación es que el PPP actual tiene lagunas, pero permite reformulaciones a través de diálogos con los interlocutores del proceso de educación y ejecución criminal, en particular al permitir que el Colegio avance a través de políticas públicas. desde la perspectiva de educar con la mirada del conocimiento, proporcionando a los estudiantes privados de libertad autonomía y significado a su propia existencia, superando las condiciones de encarcelamiento.

Palabras clave: Educación Penitenciaria. Proyecto Político Pedagógico. Educación de Jóvenes y Adultos.

Introdução

A pesquisa em tela problematizou dificuldades enfrentadas para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, dialogando com sujeitos da prisão e da educação – estudantes, professores e gestores da Unidade Escolar -, no sentido de apropriar-se de conhecimentos que permitam construir as bases da EJA em prisões.

Assim, neste artigo, discutimos a Educação de Jovens e Adultos em prisões, tendo-a como um campo político que necessita de olhar diferenciado em que os saberes dos jovens, adultos, idosos privados de liberdade, sejam reconhecidos, possibilitando interpretar o mundo, pelas experiências de vida em vários grupos sociais.

Como estratégias, buscamos analisar dispositivos que regulam o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar pesquisada³, na gestão da Educação de Jovens e Adultos e Idosos e investigar a Educação de Jovens e Adultos na Educação Prisional, contemplando contextos socioculturais dessa modalidade de ensino na qual seus sujeitos se reconheçam parte de sua história e lutem por um mundo mais igual, mais justo e mais humano. Ao final, foi argumentada a importância de reconstruir o Projeto Político Pedagógico, compreendendo desafios e possibilidades para educar na prisão.

O Projeto Político Pedagógico da EJA em prisões

O Projeto Político Pedagógico é constituído por várias dimensões - da escola, da sociedade e dos sujeitos. Demonstra para a Escola seu memorial, porque contém vários

³ Nesta versão suprimimos o nome da Unidade Escolar investigada para manter o anonimato dos autores. No caso da publicação deste texto, acrescentaremos a informação, aqui.

aspectos - localização, história de construção física, seu entorno; dispositivos legais para a organização do currículo, da gestão; aspectos do corpo docente e discente -, além de sujeitos envolvidos que possibilitam a operacionalização da educação prisional. Nesse Documento estão ordenadas informações, de acordo com normativas, mas para além, traz desafios de romper com o que está posto e criar novos saberes, oportunizando, aos sujeitos privados de liberdade, avançarem em saberes e novas possibilidades no processo da socialização neste espaço – a prisão.

Logo, o Projeto Político Pedagógico deve atender às demandas de distintos sujeitos e contribuir para a organização de um currículo específico como o acesso às Tecnologias da Informação, à elaboração de material didático apropriado e práticas pedagógicas que atendam especificamente este segmento. Nele devem constar, ainda, dimensões que vão para além da escolarização desses sujeitos, tendo em vista a perspectiva da socialização, e contribuir para os desafios profissionais da docência, especificamente, no Sistema Prisional.

A Constituição de 1988 permite compreender a elaboração do Projeto Político Pedagógico quando define e orienta a Gestão democrática nas Escolas, através do Art. 206, inciso VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei. No entanto, a gestão democrática será consolidada na LDB-9394/96, que estabelece em seu Art.14.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
- II-participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Nesse contexto, as escolas têm buscado elaborar o Projeto Político Pedagógico, no sentido de garantir esses princípios. Portanto, discutir sobre o Projeto Político Pedagógico requer uma imersão inicial sobre a Escola, como essa se apresenta no contexto de burocracia, leis, normas, considerando espaços e tempos, níveis de escolaridade, currículos e os atores sociais que ora o representa e são representados.

O PPP deve ser amparado nos dispositivos legais dos direitos, nas diversas dimensões: civil, política, pedagógica, cultural, étnico-racial, religiosa, administrativa, financeira e jurídica; mas, considerando, também, as demandas do cotidiano dos sujeitos sociais. Gadotti e Romão (2001, p. 33) nos provocam a uma reflexão,

Um projeto político pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o

conjunto dos seus autores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Fundadas nessa concepção, enfatizamos a importância de se definir a intencionalidade e as alternativas da escola. Porém, só poderá ser percebido dessa maneira, se assumirmos a perspectiva da gestão democrática, ou seja, se for baseado na coletividade. Para a elaboração do Projeto Político Pedagógico, a escola tem autonomia para construir esse Documento com o envolvimento de todos os elementos que compõem a comunidade escolar, considerando as especificidades dos sujeitos, construindo suas práticas pedagógicas, marcos filosóficos, o currículo de acordo com as demandas apresentadas pela comunidade local e escolar, que contemple outras dimensões, tais como, jurídica, administrativa e financeira.

Inquietações sobre a Educação em Prisões

Para compreender melhor a EJA em prisões, cabe questionar: Como educar em prisões, respeitando a diversidade dos sujeitos em situação de privação de liberdade? Que práticas pedagógicas estão contribuindo para a formação desses sujeitos? Como pensar em uma educação que proporcione emancipação e transformação desses sujeitos? Frente a essas questões, e buscando investigar a EJA no contexto da Educação em Prisões, discutiremos a organização do Projeto Político Pedagógico, tendo como perspectiva a autonomia e emancipação desses sujeitos e considerando o espaço de privação de liberdade. Discutiremos, assim, mudanças que ocorreram no Brasil em relação à Educação em Prisões, a partir de 2005.

Em diversas regiões do Brasil, ideias foram sendo replicadas na sociedade mais ampla a partir de iniciativas de debate e encontros científicos e acadêmicos, contribuindo para formulações de Políticas Públicas sobre essa temática. Assim, apresentamos, sinteticamente, aqui, o percurso sobre o direito à educação para as pessoas em situação de privação de liberdade.

O Projeto Educando para a Liberdade (2006) amplia o debate sobre Educação em Prisões no Brasil. A partir desse debate e de encaminhamentos de propostas para a Educação em Prisões, inicia-se nova fase na perspectiva dos direitos para esse segmento.

Esse Projeto é fruto da parceria entre os Ministérios da Justiça, da Educação e da UNESCO no Brasil, com apoio do Governo do Japão numa perspectiva de afirmação dos direitos fundamentais e de inclusão dos sujeitos em situação de privação de liberdade; e constitui-se como uma referência ousada na construção de uma política pública que integra e busca cooperação além do enfrentamento de exclusão e de invisibilidade desses jovens que têm a cidadania e sua condição de humanidade negada. Nesse contexto, novas perspectivas vão se delineando nessa área tão singular da Educação em Prisões, com uma nova representação legal através das Diretrizes Curriculares para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade. Nessa perspectiva institui-se a Resolução CNE nº 02/2010 que determina,

Art. 2º. As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medida de segurança. (BRASIL, 2010).

Diante dessa legislação nacional específica em relação à Educação em Prisões, considerando garantia para todos os níveis de educação e para todos os regimes - provisório, sentenciado, semiaberto, medida de segurança e egressos -, ainda assim, educar em prisões é sempre uma atitude de resistência, principalmente em relação às diversas violações dos direitos humanos as pessoas privadas de liberdade.

A Constituição de 1988 permite compreender a elaboração do Projeto Político Pedagógico quando define e orienta a Gestão democrática nas Escolas, através do Art. 206, inciso VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei. No entanto, a gestão democrática será consolidada na LDB-9394/96, que estabelece em seu Art.14.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I-Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
II-Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

As escolas têm buscado elaborar o Projeto Político Pedagógico, no sentido de garantir esses princípios. Portanto, discutir sobre o Projeto Político Pedagógico requer imersão inicial sobre a Escola - como essa se apresenta no contexto de burocracia, leis, normas, considerando espaços e tempos, níveis de escolaridade, currículos e os atores

sociais que ora o representa e são representados. Na perspectiva da Escola como organização, considerando o modelo de sistema social, Schmuck (1980, apud, Lima, 2011, p.21) argumenta o que é uma escola,

[...] uma organização complexa de relações formais e informais entre membros docentes e entre estudantes. Ao passo que é integralmente sujeita às normas da comunidade e as outras condições societais, os seus alunos e professores criam o seu próprio currículo vivo à medida que interagem nas salas de aula. Em suma, a escola constitui um sistema social diverso e complexo com um múltiplo de partes interdependentes.

Nesse olhar sobre as relações que permeiam a Escola, constituindo-se em um sistema social complexo, se faz necessário compreender que, no Brasil, as escolas estão subordinadas a uma legislação Federal que amplia para os Estados e Municípios, traçando as diretrizes para o Sistema Educacional, tornando-se uma rede de ensino em todo país por esferas administrativas, gerando um processo de burocratização. Assim sendo, deve-se atender às normas estabelecidas; mas, também, superá-las de acordo com as demandas dos atores sociais da escola, ou seja, criar alternativas que contemplem tais demandas, mas garantido o mínimo de autonomia desses sujeitos. Nessa perspectiva, a Escola poderá utilizar as duas formas - tanto burocrática, atendendo aos instrumentos legais da educação, quanto anárquica, atendendo as variadas demandas dos atores sociais que vivenciam o espaço escolar. Nessa concepção de anarquia,

Parte-se do princípio de que qualquer organização, e especialmente as organizações educativas e outras organizações públicas, pode ser entendida, pelo menos parcialmente, como uma anarquia organizada, ou seja, como uma organização em que poderemos encontrar três características gerais, ou três tipos de ambiguidade: 1) objetivos e preferências inconsistentes e insuficientemente definidos e uma intencionalidade organizacional problemática; 2) processos e tecnologias pouco claros, e pouco compreendidas pelos membros da organização; 3) participação fluída, do tipo *part-time*. (LIMA, 2011, p. 33)

Compreende-se, então, que as organizações são sempre as pessoas em interação social que não se limitam a cumprir integralmente as regras, mas criam alternativas de atuação e construção de novas regras paralelas às institucionais. Dessa forma, olhar a escola na perspectiva da *anarquia* organizada, é percebê-la como uma Instituição em constante movimento, considerando suas especificidades, ou seja, o contexto sociocultural, na qual está imersa.

Nesse contexto, Silva⁴ e Moreira (2011, p. 91) destacam que,

⁴ Professor da Faculdade de Educação da USP, Roberto da Silva cursou do mestrado à livre-docência nessa Universidade, com tema de suas pesquisas relacionados a sua trajetória de vida. Para saber mais, consultar

Projeto Político Pedagógico das prisões possui uma dimensão orgânica e estruturante para as ações de múltiplos atores (projeto); impacta a execução penal, os procedimentos disciplinares e a rotina prisional (político); e organiza as condições de ensino, o tempo, o espaço e o currículo (pedagógico).

Diante da evidente necessidade de um PPP em prisões ser construído na perspectiva de um Projeto que envolva os atores sociais da prisão, da educação e da sociedade mais ampla, faz-se necessário aos processos de elaboração desse Documento, promover a transversalidade, especificamente, na perspectiva da positivação dos Direitos Humanos.

Em relação ao campo político, o PPP deve ser um Documento que busque estratégias e alternativas de enfrentamento da disciplina e da rotina prisional e articulação no sentido de garantir a efetivação do direito à educação. No campo pedagógico deve ser considerada a modalidade de ensino da EJA, as práticas pedagógicas coerentes com o contexto cultural dos estudantes, o tempo e o espaço da prisão. Quanto ao currículo, embora a educação nesse espaço esteja vinculada as Diretrizes de Jovens e Adultos, deve-se atender a diversidade de identidade dos sujeitos, a questão de classes, de etnia, religião, de gênero e de geração.

Construir um Projeto Político Pedagógico para a Educação de Jovens, Adultos se faz necessário reconhecer a luta cotidiana pelo direito de todos à Educação, principalmente, para quem têm sua cidadania negada historicamente em nosso país. No Documento final do Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Natal, 1996) e na preparação do Brasil para a Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA) (Hamburgo, 1997), os delegados firmaram compromissos, orientados pelos princípios da equidade, integração, autonomia, qualidade, flexibilidade e pluralidade. Elaboraram um Documento, no qual, destacam-se alguns itens que sinalizam para uma proposta pedagógica que reconhece aspectos teórico-metodológicos, heterogeneidade dos indivíduos, diversidade das suas demandas, condições de aprendizagem. Além disso, requerem respeito às especificidades dos sujeitos e à pluralidade cultural, de gênero, étnica e religiosa da população brasileira.

Portanto, essas proposições ratificam as discussões nacionais e internacionais sobre a Educação de Jovens e Adultos em relação às várias dimensões dos direitos, para

entrevista em: <http://www.sul21.com.br/jornal/professor-da-usp-ex-detento-na-prisao-tudo-e-mediado-pela-violencia/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.4658>

EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 6, n° 16, p. 403-423, out/dez., 2019. e-ISSN: 2359-2087

409

contribuir no aspecto sociológico e teórico desses direitos. Especificamente, na pesquisa empreendida pro nós, o Projeto Político Pedagógico para a EJA ancora-se no contexto da Educação em Prisões. Cabe salientar, aqui, proposições feitas no Documento elaborado durante a CONFITEA (1997), em seu Artigo 17º:

Elaborar propostas pedagógicas para a EJA que contribuam para o exercício da cidadania e considerem a realidade sociopolítica e econômica, as condições de vida dos educandos e suas características culturais: flexibilizar a organização curricular, metodologias, duração, calendário e horários dos programas de EJA. (MACHADO e IRELAND, 2004, p. 34-37).

A elaboração das propostas para a EJA em uma perspectiva mais ampla, como orienta o Documento, deve ser replicada, também, nas Unidades Escolares, considerando os sujeitos, o tempo e o espaço em que estão inseridos, quer seja no campo, quilombolas, indígenas ou em prisões. Para isso, discutimos o PPP para, a Educação de Jovens e Adultos, tendo como recorte a situação de privação de liberdade a ser compreendida, não somente em relação aos direitos, mas no que diz respeito às histórias dos sujeitos, suas singularidades e as implicações para a EJA nesse contexto.

Portanto, com os achados da pesquisa, apresentamos algumas proposições para a reformulação do PPP.

Resultados da pesquisa

Especificamente, no que diz respeito ao PPP da Unidade Escolar pesquisada, destacamos, aqui, três desafios a serem empreendidos, segundo a pesquisa realizada:

- *Ampliação das discussões pedagógicas com ênfase à discussão sobre questão étnico-racial e militância da EJA em prisões, privilegiando a cultura dos Direitos Humanos;*
- *Inserção de contribuições sobre a inclusão digital aos estudantes da EJA;*
- *Evidência de monitoramento e avaliação referente a atividades desenvolvidas pela Escola e dos egressos.*

Embora as temáticas propostas estejam contempladas no Projeto Político Pedagógico da Escola, percebemos a necessidade de ampliar as discussões, devendo atravessar todos os eixos temáticos da EJA, pois a Escola é referência em alinhar a sua prática pedagógica com ênfase na questão étnico-racial, efetivando a Lei 10.639/2003.

Um destaque disto é o *Projeto A Cor do Brasil*, o qual aborda a diversidade e foi implementado de acordo com a especificidade de cada Unidade Prisional, dos Eixos Temáticos e Temas Geradores do Currículo da EJA. Este Projeto iniciou em ano de 2011 e, atualmente, faz parte da cultura da escola. Visa fomentar e fortalecer os dispositivos legais como a Lei 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 nesta Unidade Escolar, além de estar fundamentado nas Diretrizes da Educação em Prisões e EJA e outros instrumentos legais amparados pela Constituição Federal de 1988 e no Projeto Político Pedagógico do Colégio; como também no currículo da Educação de Jovens e Adultos. Tem como objetivo maior possibilitar, aos alunos, conhecimentos a partir de conceitos referenciais étnicos distorcidos historicamente, com olhar para as mudanças de forma crítico-reflexiva sobre a imagem dos afrodescendentes e indígenas através das relações cotidianas.

Vale destacar que, hoje, é considerado pela Comunidade Escolar como projeto “guarda-chuva”, no qual vêm sendo alinhado a outras iniciativas, a exemplo dos Projetos Estruturantes da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e projetos construídos pela Comunidade Escolar. Além disto, as especificidades das Unidades Prisionais como gênero e geração são consideradas nas ações do Projeto. Por ocasião do 4º Prêmio Nacional em Educação em Direitos Humanos, a Escola ficou em segundo lugar na categoria Escola Pública com este Projeto.

Sobre a inclusão digital de estudantes da EJA, importa garantir o direito amplo da aprendizagem. No entanto, o desafio é adaptar a Rede para que o estudante possa acessar, em segurança, a internet ou outros dispositivos móveis com autorização dos Gestores das Unidades Prisionais. Diante do avanço da tecnologia existem mecanismos para bloqueio de alguns sistemas; logo, urge dialogar com instituições penais no sentido de oportunizar a inclusão digital aos estudantes em privação de liberdade, considerando as normas de segurança.

O PPP é um dispositivo legal que deve ser construído pela comunidade escolar e acompanhado por essa mesma comunidade. No entanto, diante de um Colegiado incompleto, é necessário o acompanhamento de outras instituições como o Conselho Penitenciário – que têm em sua composição, integrantes de vários setores da sociedade envolvente e, devido a sua especificidade, está em um espaço em que os objetivos se contrapõem.

A Resolução CEE nº 43/2014 estabelece o monitoramento e avaliação das atividades educacionais juntamente com outras instituições e a sociedade mais ampla,

Art.13. A gestão democrática das unidades escolares no contexto prisional deverá envolver as instituições específicas do sistema prisional, além de outras do âmbito da Educação Profissional e organizações da sociedade civil presentes no estabelecimento prisional, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade. [...]

Art.15. O Conselho Estadual de Educação da Bahia, juntamente com o Conselho Penitenciário do Estado da Bahia, promoverá, periodicamente, uma avaliação coletiva do cumprimento destas determinações no sentido de garantir sua implementação e fiscalização.

Além desses representantes de diversas instituições, sugere-se a criação de um Grupo de Trabalho entre a SEC e SEAP no sentido de garantir a implementação das competências destas Secretarias inseridas no Termo de Cooperação Técnica, contribuindo, assim, para a efetivação da educação enquanto direito. Ainda reforçamos a necessidade do acompanhamento dos egressos da Escola, para conhecer qual a relevância das ações mediadas pela Unidade Escolar na prisão, na vida pós-cárcere.

Estes apontamentos redundam de contribuições feitas por partícipes da pesquisa - estudantes da EJA na Unidade Escolar pesquisada. As contribuições destes sujeitos foram apresentadas no Relatório de Pesquisa (2017), e estão sendo implantadas, ainda que lentamente, para além da reformulação do Projeto Político Pedagógico do Colégio. Destacamos, aqui, algumas delas:

- *Criação de Memorial da Unidade Escolar;*
- *Ratificação, apropriação E efetivação dos dispositivos legais dos Direitos Humanos, da Lei de - Diretrizes e Bases e Lei da Execução Penal;*
- *Fortalecimento da Gestão Escolar em prisões;*
- *Criação da Instância de Gestão da Unidade Escolar;*
- *Efetivação do Tempo Pedagógico para efeito de remição de pena;*
- *Efetivação da política de Formação Continuada do Professor para educar em prisões;*
- *Melhoria e ampliação dos espaços escolares e/ou construção de escolas;*
- *Adequação do Currículo para que atenda especificidades da EJA em prisões;*
- *Elaboração de material didático que contemple os conceitos para EJA em prisões, reconhecendo as especificidades dos sujeitos;*
- *Criação de procedimentos de rotina para os profissionais da educação;*
- *Criação de mecanismos para mobilização dos estudantes em relação à educação*

- *Promoção da socialização das atividades com as famílias dos estudantes e Agentes Penitenciários;*
- *Articulação com as escolas do Polo de referência próximas ao Complexo Penitenciário.*

Tais proposições estão sendo desenvolvidas na Unidade Escolar, decorrentes da reformulação do PPP. Pensamos que essa pesquisa pode contribuir com essas e outras propostas pela comunidade escolar para a reformulação do Projeto Político Pedagógico, no sentido de fornecer elementos que possam subsidiar os diálogos sobre a Educação em Prisões na perspectiva do direito e da socialização desses sujeitos, considerando a diversidade e não somente o contexto da prisão, sem esperar, no entanto, que a educação resolva os problemas dessa instituição. Essa compreensão é abordada por Silva (2014) em entrevista ao site Brasil de Fato (BdF) ⁵, Para ele,

Não se pode esperar que a educação em prisões faça milagres. Não é responsabilidade da educação, por exemplo, melhorar os índices penitenciários, diminuir motins, mortes, rebeliões e violência. O que se quer da educação dentro da prisão é o que a educação já faz fora. Que ela qualifique as pessoas para competir em condições de igualdade pelas oportunidades que a sociedade oferece, para fazer seu projeto de vida. O que o preso vai fazer dessa educação, se vai deixar de ser criminoso ou não, isso não é papel da educação.

Nesse contexto, Silva (2014) esclarece qual o objetivo da Educação em Prisões, uma educação que transcende a escolaridade, fazer o estudante pensar a educação como possibilidade de garantir a autonomia, que possa fazer escolhas, compreendendo “o lugar da educação na sociedade mais ampla”.

Criação de um Grupo de Estudos

Em 23 de março de 2018 foi criado um Grupo de Estudos, envolvendo professores da escola, decorrente do processo da pesquisa. Este tem como objetivo discutir a Educação em Prisões em várias dimensões e fomentar a articulação entre os atores sociais da prisão, da educação e da sociedade mais ampla. Esta não é uma experiência isolada. Segundo Galvão (2019, p. 01),

Muitos locais já se beneficiam de um alto nível de organização dos seus trabalhadores. Esses, geralmente trabalhadores intelectuais e com um forte espírito de liberdade e autonomia, se juntam periodicamente para estudar e planejar seu próprio ambiente de trabalho, vencendo parte da

⁵ In <https://www.brasildefato.com.br/node/27121/> em 17 de janeiro de 2014.

alienação a que estão submetidos e, por sua vez, aproveitando muito melhor o ambiente de trabalho como lugar de produção de espaços de sociabilidade.

Uma alternativa encontrada por trabalhadores ávidos por autonomia e respeito, mas com sérias limitações em sua atuação, é a criação de Grupos de Estudos. Nessa perspectiva os trabalhadores se reúnem em torno de um problema específico e se põem a estudá-lo para, após uma análise criteriosa e democrática, propor soluções e maneiras para viabilizá-las.

Os Grupos de Estudos são configurações de aprendizado autodidatas. Apesar das enormes dificuldades envolvidas nesse tipo de arranjo, os benefícios advindos de Grupos de Estudos bem organizados são evidentes e inquestionáveis.

No processo de organização deste Grupo de Estudos prevaleceram os propósitos da pesquisa como a adesão dos professores. O desafio para educar em prisões e as possíveis alternativas metodológicas, pedagógicas e epistemológicas que ultrapassam as fronteiras da Educação em Prisão reforça a necessidade de que os integrantes do Grupo, no âmbito da Escola, se articulem com outros profissionais, de forma que o processo de discussão atente aos desafios e às possibilidades para educar nesse espaço.

O Grupo foi validado pelo Colegiado Escolar na perspectiva de institucionalizar, garantir a continuidade, além de possibilitar, aos professores, a formação em exercício, considerando as experiências em educar em prisões. Embora fosse um desejo da Gestão da Escola, somente com apresentação das proposições e do diálogo com a comunidade escolar, o Grupo foi instituído, com a participação de 10 professores da Unidade Escolar e um estudante de Mestrado de uma Universidade pública⁶.

Ficaram estabelecidas reuniões quinzenais, em horário intermediário que não comprometa a carga horária do professor; além de utilização dos horários ampliados das Atividades de Coordenação (AC). Ficou acordado, também, que terá alternância entre apresentação de Pesquisas realizadas no Colégio por professores e estudo dos dispositivos legais e textos sobre autores que discutem prisões e educação, sempre na perspectiva dos direitos humanos. O Grupo se reúne, frequentemente, cumprindo seus propósitos no coletivo que o compõe.

⁶ O estudante desenvolveu sua pesquisa sobre Educação em Prisões, em Direito Penal. Foi acordado, ainda, com os membros do Grupo que profissionais e estudantes de outras instituições poderão participar das discussões.

Reformulação do Projeto Político Pedagógico – biênio 2019-2021

Desde o início do ano letivo de 2018, durante a Jornada Pedagógica, foram apresentadas à Equipe Escolar as proposições resultantes da Pesquisa, seguidas de discussões nos Grupos, em consonância com as orientações da Secretaria de Educação do Estado e do diagnóstico da Unidade Escolar.

O processo de construção sobre a reformulação do PPP tem avançado, inclusive a partir da inserção do Grupo de Estudos, elaborando material sobre os dispositivos legais, percorrendo orientações internacionais, nacionais e locais. Essas ações têm sido replicadas à Secretaria de Educação e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), as quais têm provocado constantes reuniões, resultando em encaminhamentos e resoluções de questões pertinentes à Educação em Prisões, que perpassam da matrícula às estratégias metodológicas, considerando as limitações impostas pelo Sistema Prisional.

Uma ação assumida pela gestão da Unidade Escolar pesquisada foi a integração com outras escolas públicas, para além do entorno do Complexo Penitenciário. Essa proposição deu início a um intercâmbio com uma Unidade Escolar Estadual de ensino regular, localizada em um bairro mais distante do Complexo, e com alunos, geralmente, oriundos de bairros considerados mais violentos deste município. Tal ação resultou em um Seminário sobre Projeto Educando para a Paz (PEP) - Projeto que também é desenvolvido em parceria com o Colégio em várias Unidades Prisionais. Isto demonstra que essa interlocução, além de promover trocas de experiências com o Projeto Educação para a Paz, permite diálogos com os docentes e discentes no sentido em que a educação nos leva pensar na peculiaridade, na diversidade dos espaços e nos tempos dos sujeitos quer sejam privados ou não de liberdade.

Diante da mudança de gestão anterior (2018), foi entregue Relatório Final de Gestão ao novo gestor da Unidade, informando avanços e encaminhamentos, dentre eles a reformulação do Projeto Político Pedagógico (hoje, em andamento), com base nas proposições resultantes da pesquisa - discutidas com os docentes e demais profissionais da Unidade Escolar. Assim, o atual PPP está em fase de conclusão, e sendo ampliado para o biênio 2019-2021.

Perspectivas de ressonâncias da pesquisa: o que dizem os partícipes?

A pesquisa realizada tem possibilitado avançar, não apenas na reformulação do Projeto Político Pedagógico da Escola; como, também, provocar um movimento em que os sujeitos se sintam parte do processo da educação, que ultrapassa a aprendizagem no aspecto formal, mas considera outras práticas educativas no espaço da prisão. Movimento este, no qual podemos dizer que outras práticas educativas são validadas no processo da aprendizagem.

Uma das ressonâncias da pesquisa é que, além de mobilizar professores a retornarem para a Universidade com objetivo de pesquisar sobre Educação em Prisões, tem permitido repensar alternativas transversais no currículo e práticas pedagógicas da EJA em prisões. Vale ressaltar que, dois professores que frequentam o Grupo de Estudo foram selecionados para Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, em 2018. Além disso, temos contado com a participação de estudantes da Unidade Escolar, colaborando como monitores em diversos Projetos: Curso de Extensão, Projeto de Leitura e Escrita: ações libertárias - realizados pela Universidade do Estado da Bahia (OLIVEIRA, et ali, 2017).

Alguns partícipes da pesquisa tiveram acesso à leitura do Relatório de Pesquisa. Nosso intuito foi capturar ressonâncias da investigação empreendida. Para manter o anonimato dos partícipes, foram utilizados nomes de cores em alusão às vestes usadas por eles. Vejamos um primeiro relato.

Ao mesclar no texto aspectos legais, opiniões dos internos e experiências pessoais, o trabalho ganha uma originalidade e riqueza, pois cada tema abordado é visto através destas três vertentes. O trabalho mostra, através do histórico da educação dentro das prisões, que já houve um grande avanço nas últimas décadas. Porém, mostra também que há ainda muito que fazer para que se possa consolidar a educação como a principal ferramenta de transformação dentro do cárcere, com efetiva atuação. As lacunas como a falta de infraestrutura física, a falta de uma formação adequada dos professores e a relação educação e segurança, são questões que, hoje, impedem uma plena atuação da educação para a socialização dos internos. Como sugestão, acredito que poderia haver um comparativo – [...] dados que mostrem países com alto grau de educação x criminalidade -, como forma de defender o investimento e a necessidade desta ferramenta de combate à violência. Outro ponto que gostaria de enfatizar do trabalho é o princípio de *a educação do berço ao túmulo*, que justifica uma continuidade do ensino para toda a vida. Aqui na prisão isso pode ser usado para implantação de formas de continuidade do Ensino, mesmo após do Ensino Regular. (Amarelo Splash, relato escrito, 2018)

Neste relato, o estudante aponta as normativas que nos provocam em relação à garantia e efetivação do direito à educação; além de trazer outras percepções: reconhecimento das experiências pessoais; avanço da educação através da história das prisões; lacunas e desafios em relação à formação específica dos professores. Nos chama atenção o processo de socialização. Ele não utiliza a expressão *ressocialização*, o que nos leva a inferir que o estudante reconhece que esse processo acontece em todos os espaços e tempo da vida. Para o estudante, a Educação Básica não é suficiente, e que devem ser ofertados outros cursos para continuidade dos estudos ainda na prisão. Isto posto, nos alinhamos a Paulo Freire sobre a importância dos saberes, da história de vida durante o processo de aprendizagem dos sujeitos da EJA.

As sugestões sobre formas de combate à violência e a importância de um olhar sobre outras experiências em educação, e a relação com a criminalidade nos chamam atenção, principalmente, no contexto político atual. Ainda sobre as sugestões o estudante argumenta que,

O ensino da Informática deve também ser considerado dentro do PPP, já que na atual sociedade se vê como fundamental o mínimo manejo com o computador e seria um grande facilitador para os egressos ter essa noção de informática. Com a atual tecnologia é claramente viável o acesso de internos à computadores sem que os mesmos tenham acesso à internet ou programas não adequados ao cumprimento de sua pena. (Amarelo Splash, relato escrito, 2018)

A sugestão do estudante em inserir a utilização de recursos da informática no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, nos remete a um dos dispositivos legais que, em suas orientações, garante a inclusão digital na Educação em Prisões: a Resolução CEE 043/2014, a qual recomenda,

Art. 4º. A oferta para educação de jovens e adultos em estabelecimentos penais, atribuição da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, obedecerá às seguintes orientações:

III- deverá estar associada as ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas, destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços. (BAHIA, 2014, p. 12).

Esta Resolução orienta sobre as necessidades apontadas pelo estudante. No entanto, a inclusão digital não se constitui uma realidade no contexto prisional do Estado, embora existam recursos para bloqueio das redes sociais. Cabe aqui, destacar as diversas formações oferecidas pela Secretaria da Educação do Estado aos professores sobre as inovações tecnológicas como estratégias de aprendizagem. Então, como desenvolver atividades digitais de aprendizagem com estudante privados de liberdade, se eles

não têm acesso a esses recursos? Portanto, urge dialogar com instituições penais no sentido de oportunizar a inclusão digital aos estudantes em privação de liberdade, considerando as normas de segurança.

Outro estudante partícipe da pesquisa ao fazer a leitura do texto, também destaca a relevância da Educação para a prisão e seus desdobramentos,

Numa síntese sobre o Relatório de Pesquisa, não tenho como não reconhecer a importância da proposta, uma vez que ela teve a felicidade de ter feito a escolha pelo assunto; além da forma que trouxe a luz os questionamentos do próprio meio, ouvindo os elementos que o compõe de A a Z; e, sabiamente, construir suas críticas e oferecer subsídios para um melhor aprimoramento de algo de tão grande importância [a educação em prisões]. Além do que, já menciona no referido trabalho, muito e muito mais pode-se vislumbrar neste universo, bastando para tanto aprofundar-se mais, ouvir, discutir até interagir com todos os elementos. A semente foi lançada, se faz mais que necessário e urgente que alguém cuide bem desta semente. (Azul Mineral, relato escrito, 2018)

Esse exercício do olhar do estudante em relação à pesquisa empreendida alinha-se com a promoção de uma mudança perspectiva: o reconhecimento desses sujeitos, não apenas no processo de investigação, mas durante o processo de operacionalização das proposições apresentadas para o contexto escolar. Essa dialogicidade do ato educativo, da participação dos sujeitos que nos aproxima do método *freiriano*, sempre fundado nos saberes, na liberdade e no reconhecimento do outro. Isto porque,

A lógica dialógica que Freire introduz no campo da pedagogia permite pensar a criação constante de uma inovação com o aporte original de cada singularidade. Isso não desaparece com os conflitos de interesse, nem com as tradições, nem com as diferentes perspectivas culturais dos diversos grupos sociais; entretanto, o que ela busca é que sejam resolvidos em termos justos; uma construção dialógica – entendendo-se por diálogo uma lógica de criação de conhecimentos a partir da convergência de múltiplos olhares sobre a situação e um vínculo em cujo desenvolvimento os sujeitos se constituem. (PAULA; OLIVEIRA *apud* RODRIGUES, 2009, p. 329)

É pertinente enfatizar que Freire destaca a singularidade no processo dialógico, mas o olhar sempre converge para outros sujeitos que formam o coletivo, logo, a pesquisa demonstra a possibilidade dos olhares que embora possam convergir sobre a prisão, ao mesmo tempo se constituem sujeitos de uma sociedade excludente, mas que acreditam em uma educação libertadora mesmo em espaço de privação de liberdade.

Em mais um relato, lemos observações de outro partícipe da pesquisa.

Neste domingo, aproveitando que não tenho visitas, hoje eu procuro me informar e gostaria de registrar meu depoimento agora, não apenas como entrevistado (aluno farda azul na época), mas agora como interno que teve a oportunidade de ler esta magnífica obra. Nesta pesquisa eu pude conhecer vários autores e também os nossos sonhos e desejos. Hoje eu me encontro em uma prisão, em que muros, algemas e cadeados me aprisionam, mas a escola, o estudo é onde posso me sentir livre, pois projeto meu futuro. (Azul Náutico, relato escrito, 2018)

Ressaltamos, aqui, a compreensão deste partícipe compreende de que a escola na prisão traz possibilidades além do conhecimento: provoca, inquieta, liberta... Cabe destacar, ainda, a importância da escuta aos sujeitos desta Escola, enfatizando que eles têm, apenas, o direito de ir e vir suspenso e que, os demais, devem ser garantidos, inclusive o direito à educação, assegurado na Constituição de 1988.

O Relatório resultante da pesquisa empreendida também foi apreciado por uma professora da Unidade Escolar, quem relata a importância deste trabalho,

A autora situa muito bem o contexto da Educação em Prisões, o que nos permite uma reflexão grandiosa quanto à questão “Que escola é essa, afinal, que educa em prisões?”. Suas contribuições nos permitem entender que o Projeto Político Pedagógico para a Educação que atende aos sujeitos em situação de privação da liberdade não pode ter o mesmo formato das Escolas ditas regulares, uma vez que, a realidade desses sujeitos, considerando o histórico de exclusão social a que foram submetidos ao longo de suas vidas, fruto da negação de direitos, exige um pensar educacional para além do cárcere, focando não somente no currículo formal; mas, sobretudo, no currículo que perpassa a realidade de vida desses sujeitos, suas demandas e necessidades, visando sua transformação. Por outro lado, ela considera que, não somente as especificidades locais; mas as peculiaridades desse espaço requerem um olhar diferenciado para a construção desse documento. (Flor de Cactos, relato escrito, 2018).

Este é um cenário bastante ilustrativo das propostas apresentadas na pesquisa e seus desdobramentos no contexto escolar, especificamente sobre a reformulação do PPP que diverge dos padrões de um Plano Estratégico. Aqui, percebemos o olhar transversal do currículo para além da escolarização e a ênfase nos direitos humanos. Diante disto, outras observações da professora foram evidenciadas em dimensões distintas.

Percebe-se, claramente, que a autora, ao percorrer o percurso legal, evidencia o papel preponderante de todos os agentes envolvidos nesse processo, destacando o quão valioso é o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos privados da liberdade, além do grande desafio que é ser um educador no contexto prisional. Utilizando-se da metodologia qualitativa, identificamos que a autora realiza um trabalho de investigação de grande valia, colaborando para repensar do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar

investigada, trazendo significativo olhar para Educação em Prisões. Entendemos que isto contribui para maior visibilidade do fazer educativo, convocando a todos os sujeitos envolvidos nessa educação, a repensar o seu fazer.

Sem dúvida, as colaborações da pesquisadora são importantes para a Educação em Prisões e, todo aquele que for encaminhado para esse contexto de atuação, de posse desse Relatório, poderá perfeitamente se situar quanto ao trabalho desenvolvido na Unidade Escolar, entender que espaço é esse e o que se faz nele, o que pode subsidiar sua prática num espaço extremamente complexo e delicado, mas acima de tudo, desafiador e gratificante. (Flor de Cactos, relato escrito, 2018)

Esta narrativa sobre as ressonâncias da pesquisa na Unidade Escolar nos convida a reflexões que podem legitimar o currículo e outras práticas pedagógicas na prisão em que a rede de saberes dos sujeitos privados de liberdade se entrelace com os conhecimentos do mundo. Portanto, um olhar atento dos sujeitos que fazem Educação em Prisão para além da escolarização permitem autonomia e a concepção de humanidade nesse processo de educar na perspectiva de direitos.

Conclusões

O Projeto Político Pedagógico (2019-2021) está sendo reformulado com base nas proposições apresentadas pela pesquisa, além da mobilização e incentivo aos professores iniciarem pesquisas sobre educar em espaço de privação de liberdade. Assim, outras ações estão sendo realizadas na Unidade Escolar:

- ✓ Oficinas realizadas por ocasião da Jornada Pedagógica com abordagem das proposições apresentadas como resultado da pesquisa para a (re) formulação do PPP (2019-2021);
- ✓ Articulação com a Secretaria de Educação do Estado no sentido de uma nova organização da EJA para o Tempo Formativo III;
- ✓ Articulação com Escolas da sociedade mais ampla, especificamente do entorno do Complexo Penitenciário;
- ✓ Parceria com uma Universidade pública para o desenvolvimento do Projeto de Leitura e Escrita.

A continuidade da pesquisa em seu *lócus* permitiu sua socialização e visibilidade, apontando para suas ressonâncias na Unidade Escolar; além de vislumbrar oportunidade

em apresentar relatos de estudantes e professores a partir da leitura do Trabalho e das ações implementadas, resultantes da própria pesquisa.

A pesquisa implicada é marca de investigações realizadas no âmbito da Pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade profissional. A inserção social da pesquisa ratifica a importância dos sujeitos envolvidos nela, assim como valida compromissos assumidos pelo pesquisador. Enfim, uma investigação que, depois de iniciada, tem suas ressonâncias assumidas pelos seus partícipes.

A pesquisa demonstrou, ainda, que a implicação com o objeto e o envolvimento dos sujeitos possibilitaram respostas a algumas inquietações, dentre elas, como pensar sociologicamente? Nas palavras de Baumam (2010, p. 25),

Pensar sociologicamente pode nos tornar mais sensíveis e tolerantes em relação à diversidade, daí decorrendo sentidos afiados e olhos abertos para novos horizontes além das experiências imediatas, a fim de que possamos explorar condições humanas até então relativamente invisíveis. [...] podemos então apreciar o indivíduo humano contido nesse coletivo e talvez aprender respeitar aquilo que toda sociedade civilizada tem de garantir para se sustentar: o direito de cada membro do coletivo escolher e pôr em prática maneiras de viver de acordo com suas preferências.

Nesse pensar sociologicamente, mergulhar na diversidade e buscando adentrar em campos diversos, dentre eles – a prisão -, é preciso olhar os sujeitos privados de liberdade e explorar a condição humana, muitas vezes, invisíveis. Nesse contexto, a pesquisa não termina após apresentação de um Trabalho de Conclusão do Curso, mas fica o compromisso em contribuir para que ela cumpra com sua função social; e, no contexto da prisão, possibilite aos sujeitos da pesquisa a inserção no processo da educação, considerando a diversidade e as suas escolhas.

Por fim, vale ressaltar que, além das contribuições específicas para a reformulação do Projeto Político Pedagógico, esta pesquisa também tem contribuído para discussões dessa área no que tange a escritas de artigos, participação em Seminários, capítulos de livros, premiação em Concurso de Monografia na área dos Direitos Humanos, somando-se as pesquisas diversas que têm surgido nas últimas décadas no Brasil. Este nosso empenho só ratifica a tese de que o PPP deve possibilitar estratégias para efetivar o direito à educação para as pessoas em privação de liberdade.

Referências

- BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE nº 43 de 14 de julho de 2014**. Dispõe sobre a oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para pessoas em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado da Bahia. Salvador. Publicada em 06 de março de 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.645**, DE 10 de março de 2008. Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n o 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/educacao/Lei_n_11.645-2008_altera_lei_Hist_Africa.pdf> Acesso em: 06 ago. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010**. Diretrizes Curriculares para oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em:
<http://www.sinprors.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Ceb_n2_2010.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GALVÃO, Marinela. Grupo de Estudo. 2019. Disponível em
<<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAewo0AK/grupo-estudo>> Acesso em: 20 mar19
- LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACHADO, Maria Margarida. et al. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea**. Brasília: UNESCO, MEC, 2004.
- OLIVEIRA, Rosemary Lapa et al. Projeto de Extensão Universitária Leitura e Escrita. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Departamento de Educação - Campus I. Curso de Pedagogia, Bahia, 2017.
- PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Márcia Cristina de. **Educação de Jovens e Adultos: a educação ao longo da vida**. Curitiba: Ibpx, 2011.

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio Aparecido. O projeto político-pedagógico para a educação nas prisões. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 86, p. 89-103, nov. 2011.

UNESCO. **Educando para a liberdade**: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001495/149515por.pdf>> Acesso em: 13 fev, 2019.

Recebido: 06/09/2019.

Aceito: 19/11/2019.

Publicado: 30/12/2019.

Como referenciar este artigo:

SALES, Márcea Andrade; BARRETO, Maria das Graças Reis. PPP na educação em prisões: estratégias para a educação de jovens e adultos privados de liberdade. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 16, p. 403-423, out./dez., 2019. e-ISSN: 2359-2087. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>.